

Conselho de Consumidores

ATA DA 194ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE CONSUMIDORES DA ENEL – DISTRIBUIÇÃO RIO

Local: Vídeo Conferência – Microsoft Teams

Data: 10/03/2021

PRESENTES:

Manoel Teixeira de Mesquita Neto – Presidente

Representante da Classe Poder Público – Titular
Associação Estadual dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – AEMERJ

Fabiano Silveira da Silva – Vice-Presidente

Representante da Classe Residencial – Titular
Federação das Associações dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ

Alessandra da Conceição Vieira Seródio Piperno

Representante da Classe Rural – Titular
Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FAERJ

Marta Maria do Amaral Menezes

Representante da Classe Poder Público – Suplente
Coordenadoria de Defesa do Consumidor – CODECON

Sérgio Carlos Bousquet Perez

Representante da Classe Industrial – Titular
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN

Alessandra Guelber Barreto

Secretária Executiva - Titular
Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio

Jaqueline dos Santos Joaquim Marques

Secretária Executiva
Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio

Daniele de Oliveira Barbosa Martins

Secretária Administrativa
Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio

Convidados

Ana Teresa Neves Raposo

Diretora de Mercado da Enel Distribuição Rio

Glaucia Souza

Regulação – Enel Rio



Conselho de Consumidores

Luiz Felipe de Sá

Faturamento – Enel Rio

André Zago

Regulação - Enel Rio

Daniel Schunk

Grandes Clientes – Enel Rio

Geiza Mesquita Baum

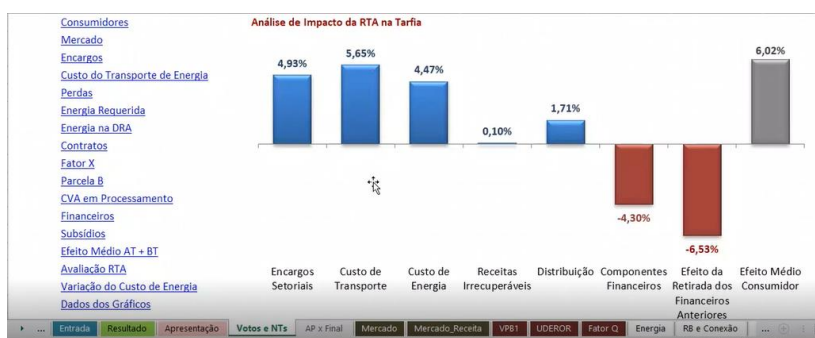
Assessora de Comunicação do Conselho de Consumidores da Enel Rio

1- Abertura:

Manoel Neto, presidente do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio, agradeceu a presença de todos à reunião. Alessandra Guelber apresentou os representantes da Enel Distribuição Rio e agradeceu também a participação de todos. Para esclarecer o primeiro tema da pauta, o André Zago, Responsável da área de Regulação/Processo tarifário, falou sobre reajuste tarifário da Enel Rio. Antes, Fabiano Silveira fez críticas ao movimento da ANEEL em não liberar as informações do reajuste, em tempo hábil de o Conselho de Consumidores avaliar e poder emitir algum parecer. Comentou que foi desrespeitosa a forma em que foi conduzido esse reajuste 2021, pois a ANEEL encaminhar os arquivos na sexta-feira para que o Conselho fizesse qualquer tipo de consideração até a terça-feira da semana seguinte foi inadmissível. Sugeriu que o Conselho envie carta para ANEEL, registrando essa indignação. Manoel Neto falou sobre as ações do Conselho de Consumidores que estão sendo feitas junto à Agência Reguladora, tendo sido esse um dos temas abordados. Informou que concorda com o Fabiano e ontem com a homologação do reajuste, disse que deu uma declaração aos jornais de que o Conselho enviará uma correspondência à ANEEL, pois alguns fatores a Agência não levou em consideração e que, nessa carta, esses pontos serão elencados solicitando que sejam avaliados. Comentou que acha difícil, mas irá cumprir o papel enquanto Conselho em reivindicar. Outro ponto que será abordado é com relação ao tempo em que foi disponibilizada a planilha com as informações de reajuste ao conselho. Na próxima semana, informou que estará em reunião com o Diretor da ANEEL e já pediu que fosse incluído esse tema do reajuste na pauta da reunião. Pediu para que fosse registrado de que houve toda uma mobilização por parte da ENEL, com o apoio da Alessandra Guelber, Ouvidora, e Jaqueline Marques, também da Ouvidoria, para que fossem realizadas reuniões prévias com a Regulação, inclusive uma nova reunião na segunda-feira à tarde (véspera da data de homologação pela ANEEL), mas com a impossibilidade da maioria dos conselheiros em participar, informou à Alessandra que

Conselho de Consumidores

seria uma reunião sem quórum, além de não ter muito tempo de fazer algo em relação ao tema. Informou que passou uma mensagem para André Ruelli, superintendente da SMA/ANEEL, informando que o Conselho não participaria da reunião do reajuste tarifário e não faria nenhuma sustentação oral, em protesto ao desrespeito para com o conselho em não terem enviado a tempo os documentos necessários para que a análise fosse feita. Informou ainda que assim não precisaria existir o Conselho, já fica impedido de exercer o seu papel. O André Ruelli teria informado que o assunto poderá ser levado à reunião com o Diretor da ANEEL. André Zago, da equipe de Regulação/tarifa da Enel Rio, saudou a todos e explicou que vai expor as informações ao Conselho a partir da planilha que foi liberada pela ANEEL, explicando os pontos e tirando dúvidas, caso as tenham.



TabAvalRTA [Voltar](#)

	Processo Anterior (R\$)	Processo Atual (R\$)	Variação	Participação no Reajuste	Participação na Receita
PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia]	3.737.623.718	4.592.377.741	22,9%	15,15%	69,7%
Encargos Setoriais	807.869.590	1.085.944.643	34,4%	4,93%	16,5%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	8.342.777	8.856.908	6,2%	0,01%	0,1%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (USO)	556.782.365	552.212.141	-0,8%	-0,08%	8,4%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Covid TUSD)	-	92.784.066	0,0%	1,64%	1,4%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Covid TE)	0	179.629.384	+	3,18%	2,7%
Encargos Serv. Sist. – ESS e Energ. Reserv. - EER	114.788.039	105.571.947	-8,0%	-0,16%	1,6%
PROINFRA	74.544.777	92.409.932	24,0%	0,32%	1,4%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	53.411.632	54.480.266	2,0%	0,02%	0,8%
Custos de Transmissão	558.171.867	877.132.926	57,1%	5,65%	13,3%
Rede Básica	231.411.276	432.522.486	86,9%	3,56%	6,6%
Rede Básica Fronteira	55.319.098	74.219.012	34,2%	0,33%	1,1%
Rede Básica ONS (A2)	970.159	1.268.358	30,7%	0,01%	0,0%
MUST Itaipu	31.905.000	46.991.567	47,3%	0,27%	0,7%
Transporte de Itaipu	48.993.762	63.596.137	29,8%	0,26%	1,0%

Apresentação | **Votos e NTs** | AP x Final | Mercado | Mercado_Receita | VPB1 | UDEROR | Fator Q | Energia | RB e Conexão

Conselho de Consumidores

Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual	(242.887.371)	-4,30%
CVA em processamento - Energia	385.984.520	6,84%
CVA em processamento - Transporte	123.978.817	2,20%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	(42.369.065)	-0,75%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	7.702.996	0,14%
Neutralidade de Parcela A - Energia	5.824.825	0,10%
Neutralidade de Parcela A - Transporte	73.073.200	1,30%
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	39.941.868	0,71%
Sobrecontratação/exposição de energia	2.369.665	0,04%
Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)	21.045.418	0,37%
Previsão de Risco Hidrológico	1.467.239	0,03%
Ajuste Liminar Abrace	158.170.597	2,80%
Repasso de compensação DIC/FIC	(30.642)	0,00%
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(12.074)	0,00%
Reversão do Risco Hidrológico	(53.047)	0,00%
Ressarcimento de P&D	(213.744.431)	-3,79%

Apresentação Votos e NTs AP x Final Mercado Mercado_Receita VPB UDEROR Fator Q Energia RB e Conexão ...
 Média: 2,76% Contagem: 3 Soma: 8,29%

André explicou que a planilha tem todos os detalhes de cada custo que pesou no percentual do reajuste. Fabiano Silveira comentou que sobre a fiscalização é cobrada uma taxa de mais de 8 milhões, que são recursos que vão para ANEEL executar uma atividade que é de responsabilidade dela. Esses custos saem dos consumidores e vão para o cofre da União, para uma rubrica fechada para a fiscalização. Colocou que normalmente a agência reguladora sofre contingenciamento de recursos e considera que esses recursos que não utilizados deveriam retornar para a modicidade tarifária. Destacou que esse valor é anual. O que justificaria esse valor se a Agência demora para fiscalizar e até mesmo de entregar relatórios, como aconteceu nesse reajuste. Fabiano perguntou ainda sobre a decisão judicial sobre o PIS e COFINS. André Zago informou que a Enel prestou todos os esclarecimentos para ANEEL e até ontem, na fala do Diretor geral, ele colocou a argumentação de que no caso da Enel não é possível fazer isso, pois não há créditos liberados junto à receita federal, por isso, essas informações não aparecem aqui. Manoel Neto informou que vai precisar se ausentar por dois minutos da reunião, mas antes comentou que quanto às dúvidas que o Fabiano apontou, há sentido nisso e são pontos que serão questionados. P&D são 53 milhões, Taxa de fiscalização mais 8 milhões e só aí é uma soma considerável. Os consumidores pagam por valores que na realidade não surtem benefícios. Pediu para que seja enviada a apresentação e o Fabiano Silveira irá conduzir a reunião. Fabiano Silveira comentou que processo judicial não se inventa e o Conselho entende que há necessidade de reduzir os impostos, principalmente nesse momento tão difícil de pandemia. Sendo possível a redução pelo menos em P&D já ajudaria muito a classe industrial que principalmente nesse momento está sendo bastante impactada. Sem mais sobre o tema, André Zago informou que se mantém à disposição para tirar dúvidas.

Conselho de Consumidores

Relacionado à MP nº 998/2 – MP Gláucia Souza explicou que a empresa teve uma participação bastante ativa na discussão, que foi convertida depois na Lei 4.120/21, buscando para que as medidas positivas pudessem ocorrer. Algumas dessas conquistas foram:

INTERNAL

USO CONFIDENCIAL

Conquistas

A ENEL atuou fortemente com parlamentares para evitar situações que pudessem ter impactos de aumento nas tarifas

MODICIDADE TARIFÁRIA: Até 2025, 30% da verba de P&D e EE (serão destinadas à modicidade tarifária)

RATEIO DA SEGURANÇA: Custos da contratação da segurança do sistema, será cobrado de todos os consumidores, via encargo proporcional ao consumo

CONTA COVID: Amortizada pela CDE
- custos remanescentes serão levados em caso de migração
- Equipara cotas anuais DE cdepagas por consumidores de uma mesma região geográfica, a partir Jan/21 =

INTERNAL

USO CONFIDENCIAL

Conquistas

DESCONTRATAÇÃO: introduz mecanismo de descontratação/redução do excedente de energia das DX.)

FIM DO DESCONTO PARA FONTES INCENTIVADAS - TUST / TUSD
transição : 12 m a contar da publicação, desde que entrem em operação em 48m da outorga/alteração
Extinção do benefício em caso de Prorrogação.

VAREJISTA: Definição de Varejista para representar os pequenos consumidores livres (PF ou PJ) no mercado livre, com possibilidade de suspensão do fornecimento por inadimplência e disciplina o término da representação.

Fabiano Silveira perguntou qual é a “sobra” da Enel Rio. André Zago informou que vai verificar no arquivo da ANEEL o número exato. Sobre algumas ações que terão impacto tarifário principal.

Impacto Tarifário Principal: Dx do Norte. Marginal para as Demais

USO CONFIDENCIAL



RGR₁: Destina recursos para dispêndios da CDE e para o pagamento do valor não depreciado de ativos das Dx privatizadas e isenta os consumidores das mesmas do pagamento de empréstimo junto à RGR (art.2).



RGR₂: Transfere competência de administrar bens encampados ou desapropriados com esses recursos e dispõe sobre essa transição da Eletrobrás para o Min. Da Economia, com vistas a privatização (art.3). Custos da Eletrobras com a gestão desde maio/17 serão arcados pela RGR



ANGRA 3: Permite concessão via autorização para agente privado por 50 anos, prorrogáveis por mais 20 a; Pagamento via adicional tarifário - exclui consumidor Baixa Renda do rateio e prevê contratação a ser rateada por todos os consumidores e não como E. Reserva (art. 10);



CONCESSÕES NÃO PRORROGADAS₁: Tratamento das concessões que não foram prorrogadas nos termos da MP 579. A MP 998 atualiza as datas previstas: leilão até 30/06/2021 e transferência até 31/12/2021. Define contratação temporária em caso de frustração da privatização (art.8).

Gláucia comentou que ainda há slide sobre os vetos, caso tenham interesse em saber. Fabiano Silveira perguntou se o desconto para fontes incentivadas – TUST/TUSD vale para Geração distribuída também. A Gláucia explicou que não. A Geração Distribuída está sendo discutida no Congresso através do Projeto de Lei 579. André Zago informou que com relação à dúvida do Fabiano a “sobra” é de 21 milhões e está na planilha Sparta, liberada e enviada pela ANEEL. Fabiano Silveira perguntou sobre os vetos. Gláucia informou que a MP teve dois vetos, sendo um deles com relação a algumas concessões específicas de geração de um determinado período que poderiam ter uma contagem de prazos diferenciados, mas foi entendido que essa contagem de prazos diferenciada acabaria refletindo em uma pequena extensão de concessão e isso poderia gerar discussões judiciais. O segundo veto é referente às concessões não prorrogadas, mais direcionadas às distribuidoras desestatizadas que daria a elas um benefício em relação à RTE e por isso esse artigo também foi vetado. Fabiano Silveira comentou que pode ser feito uma projeção sobre esses artigos aprovados e os impactos que poderão ter no processo tarifário. Sem mais dúvidas, agradeceram a presença e participação do André e da Gláucia, que se mantiveram à disposição em casos de dúvidas.

Alessandra Guelber apresentou o Daniel Schunk, representante que falará sobre o processo de Geração Distribuída, assim como o Felipe de Sá, que comentará sobre o faturamento de microgeração. Lembrou que a Alessandra Seródio solicitou a apresentação sobre esse tema. Daniel Schunk, do setor de novos negócios, que é uma célula que fica dentro da área de grandes clientes, é responsável pelas solicitações de geração distribuída. Explicou como funciona o procedimento, a Regulamentação e respectivas definições sobre Microgeração, Minigeração e Sistema de Compensação, Resolução – Geração Distribuída Grupo A, Grupo B e Medição Bidirecional. Apresentou os slides a seguir contendo detalhes sobre esse processo, etapas e alguns dados estatísticos:

Modalidades de Geração e Consumo

Geração Distribuída

Múltiplas Unidades Consumidoras

- Cada fração com uso individualizado constitui uma UC e as instalações para atendimento das áreas de uso comum constituem uma UC distinta, de responsabilidade do condomínio, com micro ou minigeração distribuída. As UC's devem estar localizadas em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas, sendo vedada a travessia de vias públicas ou propriedade de terceiros.

Geração Compartilhada

- Reunião de consumidores por meio de consórcio ou cooperativa, composta por pessoa física ou jurídica, que possua UC com micro ou minigeração em local diferente das UC's nas quais a energia excedente será compensada.
- O consórcio ou a cooperativa deve ser titular de uma UC com micro ou minigeração e deve definir o percentual da energia a ser destinado a cada unidade consumidora que a compõe.

Autoconsumo Remoto

- Unidades consumidoras de titularidade de uma mesma Pessoa Jurídica, incluídas matriz e filial, ou Pessoa Física que possua unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída em local diferente das unidades consumidoras nas quais a energia excedente será compensada.

Modelos de GD: Empreendimentos com MUC



Caso de condomínios horizontais ou verticais, onde os consumidores se unem para instalar um micro ou minigerador central e compartilhar da energia gerada, assim como utilizá-la para alimentar as áreas de uso coletivo, sendo que o sistema ficará a cargo da administração ou condomínio ou proprietário do empreendimento e cada casa ou apartamento constituirá uma unidade consumidora, assim como a área comum.

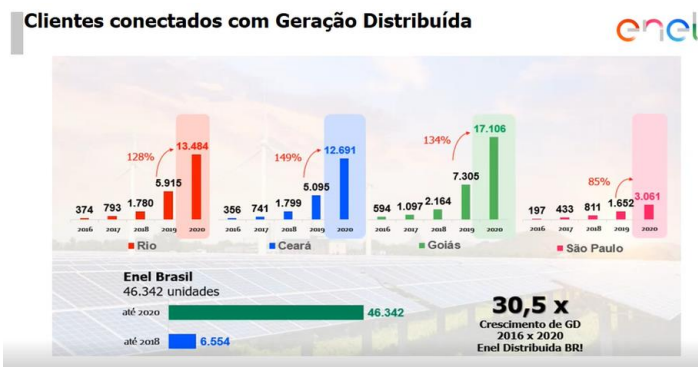
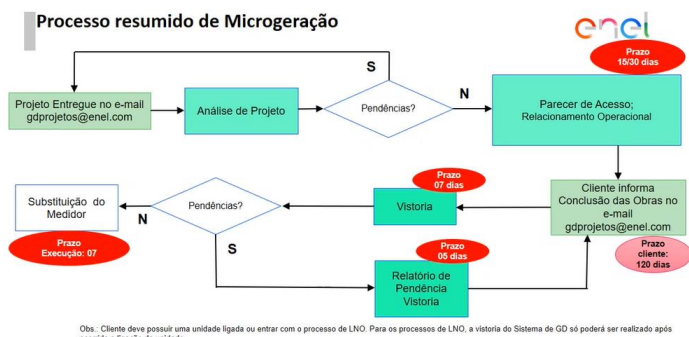
Também é necessário que as unidades consumidoras estejam localizadas em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas, sendo vedada a utilização de vias públicas, de passagem aérea ou subterrânea e de propriedades de terceiros não integrantes do empreendimento.

Exemplo:


Moradores de um condomínio residencial que se unem para instalar um sistema fotovoltaico sobre o telhado do salão de festa ou sob o espaço de garagem dos carros, formando um estacionamento solar e gerando energia para algumas (ou todas) casas.

Daniel explicou o fluxo desde a chegada do pedido do cliente por e-mail, análise do projeto, emissão do parecer de acesso, vistoria e, por fim, a conexão. Esclareceu que, havendo pendências nesse processo, o cliente é informado por e-mail quanto aos itens que eventualmente requeiram ajustes e/ou complementação de informações.

Conselho de Consumidores



Daniel Schunk explicou sobre os documentos necessários para ingresso da solicitação e informou que está previsto o lançamento do portal GD, onde o cliente poderá fazer tudo



pelo site (solicitação, anexar os documentos do pedido, acompanhar o pedido do início ao fim, vistoria, receber o parecer de acesso). Informou que fica à disposição, caso o Conselho queira saber mais sobre o portal, depois que ele for lançado. Alessandra Seródio comentou que solicitou o tema para a pauta e que pelas explicações o procedimento não é complexo, contudo, tem recebido pedidos de clientes com muitas dúvidas relacionadas ao faturamento de geração distribuída e reclamações relacionadas ao atendimento de lojas, em que não conseguem ter esclarecimentos sobre a fatura. Deu como exemplo um caso em que o cliente tem uma propriedade em Miracema e deseja direcionar os créditos excedentes para outra unidade consumidora, mas ele acha que esses excedentes não estão indo para a conta da outra unidade consumidora. Não está conseguindo entender a descrição da conta. Comentou ainda que não sabe se as empresas que instalam esses equipamentos fazem uma projeção muito alta da geração

Conselho de Consumidores

de energia o cliente fica com aqueles números em mente, mas na prática esses números acabam sendo menores. Perguntou se o cliente sempre paga pela taxa de disponibilidade, mesmo que esteja gerando. Daniel Schunk explicou que entrou nos detalhes da parte de conexão, mas o Felipe de Sá vai entrar nessa parte de faturamento. Comentou que as empresas que fazem a instalação costumam fazer o “pay back”, ou seja, um cálculo do retorno do investimento, em quanto tempo aproximado o cliente poderá ter o retorno do investimento realizado. Não há possibilidade de zerar a conta de energia. Mas o Felipe de Sá vai poder explicar melhor. Sem mais dúvidas relacionadas à conexão, a Alessandra Guelber agradeceu ao Daniel pela apresentação. Felipe de Sá ao iniciar sua fala teve problemas técnicos e de conexão de internet, sendo a chamada interrompida. Dado o avançado do horário e não sendo possível retomar a conexão, Manoel Neto pediu que a apresentação fosse encaminhada ou poderíamos abordar o tema em outra reunião. Agradeceu a todos da equipe da Enel e a todos os conselheiros pela participação, secretaria executiva, assessoria de comunicação. À Alessandra Guelber pela agradeceu pela preocupação em organizar a reunião para que o tema do reajuste fosse tratado, ponderando os desencontros por parte da ANEEL. Mais uma vez agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.